

*Inovação e Sustentabilidade sob a Ótica da
Economia Ecológica.* VITÓRIA/ES, 17 A 21 DE SETEMBRO DE 2013.
Hotel Vitória Grand Hall

**X ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA
DE ECONOMIA ECOLÓGICA**



X ENCONTRO DA ECOECO

Setembro de 2013

Vitória - ES - Brasil

**RECURSOS COMUNS, CONFLITO E TERRITÓRIO: CENÁRIOS DE PESCA EM UMA ÁREA
TRANSFRONTEIRIÇA AMAZÔNICA-BRASIL/GUAYANA**

Uriens Maximiliano Ravena Cañete (Universidade Federal do Pará - UFPA) - uriensmax@gmail.com

Mestrando do Programa de Pós-Graduação de Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia

Voyner Ravena Cañete (Universidade Federal do Pará - UFPA) - ravenacanete@gmail.com

Professora Doutora Adjunta do Departamento de Ciências Biológicas.

Recursos comuns, conflito e território: cenários de pesca em uma área transfronteiriça amazônica-Brasil/Guayana

Eixo Temático A: Sustentabilidade dos Biomas Brasileiros e as Políticas Públicas; Participação das populações e do conhecimento tradicionais nos benefícios da biodiversidade;

Resumo:

Este trabalho faz uma análise de como uma unidade de conservação, mais especificamente o Parque Nacional do Cabo Orange, localizado na costa do Amapá, enquanto uma área de fronteira entre o Brasil e a Guayana Francesa, tem se ordenado politicamente e ambientalmente no que se refere à exploração dos recursos pesqueiros. Os Parques Nacionais são um modelo de unidade de conservação de proteção integral à natureza, não permitindo a presença humana ou exploração de seus recursos, contudo, a partir da pressão da demanda internacional e nacional de pescado, o Estado, na figura do ICMBIO e outros atores e agentes sociais articulam-se para que haja um consenso e equilíbrio no uso desses recursos naturais. Acordos pesqueiros estruturados com a Colônia de Pescadores, ICMBIO, e pescadores artesanais vêm se mostrando como uma estratégia e alternativa exitosa no controle de manejo de recursos pesqueiros e gestão de conflitos socioambientais. Foi realizada uma viagem de campo em fevereiro de 2013 para construir as primeiras aproximações sobre o cenário da pesquisa e coletar dados primários. Nessa viagem um grupo focal foi realizado com o propósito de levantar as principais preocupações dos pescadores e percepções sobre os recursos naturais, conflito e organização social. Questionários e entrevistas semiestruturadas foram aplicadas nos principais atores que fazem parte do cenário de pesca: Secretaria de pesca do Amapá, ICMBio, Colônia de pescadores e pescadores artesanais. O acordo de pesca identificado na costa amapaense mostra-se como um exemplo de cenários onde arranjos locais com decisões tomadas por atores locais e da sociedade civil (pescadores artesanais e colônia de pescadores) e regionais e da gestão pública (ICMBIO e IBAMA) efetivam processos de controle de recursos naturais.

Palavras-chaves: acordo de pesca; recurso pesqueiro; recursos comuns, governança, conflito.

1. Introdução

O imaginário mundial construído sobre a Amazônia mostra-se marcado pela concepção de que essa área constitui-se em um espaço vazio, além de ser vista como uma área de fronteira (BECKER, 1998). Tal visão conserva-se até os dias atuais, tanto na compreensão dos indivíduos que migram para essa área, movidos pelos grandes projetos instalados na região, recursos naturais disponíveis, assim como pelos gestores públicos presentes na esfera local, regional e federal (LIMA & POZZOBON, 2005). Por outro lado, a Amazônia desponta como uma das áreas do planeta com maior diversidade

e disponibilidade de recursos naturais. A qualidade desses recursos, todavia, encontra-se em situação de risco, já que o crescente uso desordenado dos mesmos avilta a diversidade ambiental. Esse contexto estabelece uma interdependência de políticas públicas que enseja desenhos institucionais específicos e apropriados para as peculiaridades regionais (RAVENA-CAÑETE et al, 2010) assim como, arranjos locais que garantam processos de manejo dos recursos naturais (BENATTI, MCGRATH & OLIVEIRA, 2003). Nesse cenário de realidades diversas, a Amazônia necessita ser vista e pensada a partir de realidades locais.

Marcada pela forma peculiar que ressalta a relação entre os indivíduos e os recursos naturais, a Amazônia diferencia-se como uma região única no planeta. A compreensão das dinâmicas sociais resultantes dessas interações e do impacto que essas imprimem ao cenário amazônico é de fundamental importância, tanto no nível regional quanto no ambiente global.

Nesse sentido, o cenário de pesca merece destaque no contexto amazônico, já que os recursos pesqueiros são objeto de conflito no mundo, e no Brasil esse quadro se repete. Na Amazônia esses conflitos pesqueiros se dão tanto em águas interiores, como é o caso da pesca em rio e lagos, como em águas oceânicas, que é o caso da costa norte brasileira (estados do Maranhão, Pará e Amapá). O caso do Amapá mostra-se peculiar, portanto interessante, já que se encontra em área de fronteira entre Brasil e Guayana Francesa, países com ordenamento jurídico diferenciado no que se refere ao uso de recursos naturais, como é o caso do pescado.

Este texto discute cenários de conflitos pesqueiros em áreas transfronteiriças brasileiras, especificamente a área do Parque Nacional do Cabo Orange, na costa amapaense. Inicialmente apresenta o contexto de conflito pesqueiro, originado pela sobreexploração de espécies muito apreciadas no mercado regional e nacional. Uma segunda seção discute categorias e conceitos analíticos que permitem compreender o contexto empírico descrito. Finalmente considerações finais são tecidas, de forma a apresentar a articulação reflexiva sobre a temática central deste texto.

2. Metodologia

A metodologia deste trabalho centra-se em uma viagem à campo realizada no mês de fevereiro de 2013, utilizando instrumentos de coleta de dados de caráter qualitativo e quantitativo, especificamente questionários e entrevistas semiestruturadas foram utilizadas de forma a capturar o cenário de participação da colônia de pescadores

junto aos órgãos gestores e executivos do município de Oiapoque. Os dados quantitativos referem-se à produção pesqueira do estado do Amapá e do Pará que foram obtidos nos órgãos gestores, já os qualitativos referem-se a percepção e discurso sobre o cenário da pesca entre os agentes envolvidos nessa atividade e que foram coletados através de entrevistas semiestruturadas junto a pescadores artesanais do Oiapoque e pescadores artesanais do estado do Pará que pescam em áreas amapaenses. A figura abaixo apresenta o registro do grupo focal realizado em fevereiro de 2013.

Nessa viagem um grupo focal foi realizado com o propósito da aproximação junto aos pescadores, assim como aproximar-se mais da realidade da atividade da pesca no município do Oiapoque.

Os questionários e entrevistas foram aplicados nos seguintes órgãos, usando os critérios abaixo descritos:

- a) - Colônia dos Pescadores do Oiapoque
- b) - IBAMA, ICMBio, Pescap e MPA.
- c) - Pescadores. A escolha dos pescadores entrevistados repousa nos seguintes critérios:
 - I. Idade: 3 pescadores entre 20-30 anos; 3 pescadores entre 31 e 49 anos; 3 pescadores acima de 50 anos.
 - II. Tamanho da embarcação: 3 pescadores proprietário de embarcação de 3 a 5 toneladas; 3 pescadores proprietário de embarcação acima de 8 toneladas.
- d) Foi utilizada, ainda, a técnica de grupo focal objetivando trazer a tona percepções diferenciadas e cenários de conflitos diversos.
- e) Os dados coletados foram tratados e sistematizados por um software específico, NVIVO8, o qual permite sistematizar dados qualitativos.

Duas semanas de pesquisa em campo cumpriram a etapa de coleta de dados, com viagens diárias pelo município e no porto de Oiapoque. Ademais dos questionários e entrevistas semiestruturadas, um vasto acervo fotográfico foi construído de forma a evidenciar o cotidiano do objeto de estudo em questão.

3. Cenários de pesca na costa norte brasileira: o caso do Parque Nacional do Cabo Orange - Amapá

A partir do ponto de vista empírico o cenário a ser retratado e descrito neste trabalho corresponde a uma área transfronteiriça entre o Brasil e a Guayana Francesa. Esses dois países possuem um ordenamento jurídico sobre os recursos naturais e uma capacidade institucional diferenciadas, que buscam garantir as políticas públicas que resguardam seu recurso pesqueiro. Entretanto, enquanto área de fronteira, ela é uma área de conflito, onde há diversos movimentos sociais e atores sociais que resistem a um cenário de pressão e de opressão. Estes atores sociais estão nesse local em uma perspectiva secular, para alguns casos. Assim, a população tradicional pode ser pensada nesse panorama de secularidade, pois se encontram na área como resultado de um processo de ocupação da Amazônia que se deu desde o século XIX. Essa é a população originou os atuais pescadores artesanais que desenvolvem suas atividades nessa área. Por outro lado outros atores sociais estão presentes em uma perspectiva mais atual, como é o caso do lado francês.

Esse contexto é extremamente importante, pois expressa diferenças de ordenamento jurídico o que faz com que um cenário de conflito sobre esse recurso natural comum, como é o pescado, seja muito intenso. O ordenamento jurídico brasileiro não consegue criar cenários de controle sobre recursos naturais de forma eficiente, pois a gestão pública apresenta baixa capacidade institucional em áreas de fronteira. No caso dos órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental, como é o caso do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais renováveis) essa situação se agrava ainda mais, já que esse órgão vem sofrendo variadas mudanças e diminuição de repasse de recursos federais para a execução de suas atividades enquanto órgão fiscalizador.

Portanto, a realidade apresentada retrata uma unidade de conservação localizada no meio dessa área transfronteiriça, onde a pesca dentro desse parque não é permitida, no entanto, o esgotamento do recurso pesqueiro, no restante do nordeste e da costa norte brasileira, especialmente no Pará, vem trazendo pescadores de outras localidades para essa área amapaense que ainda se mostra bastante piscosa.

No entanto, o ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), órgão público responsável pelas unidades de conservação vem dialogando com pescadores artesanais, o IBAMA e a Colônia de Pescadores de forma a propor um arranjo entre atores sociais que se encontram na área, desenhando um acordo

de pesca, na tentativa de diminuir a pressão sobre o estoque pesqueiro e encontrar estratégias de saída para esse conflito.

A área costeira do estado do Amapá se apresenta como uma das preservadas e piscosas da costa brasileira. Considerando sua extensão, é extremamente dificultoso para os órgãos públicos administrar e fiscalizar toda sua área, já que essa linha costeira tem uma extensão de 700 KM. Assim, o parque é muito visado pelos pescadores, já que, é uma área de estuário e é também uma área de desova e de juvenis do pescado gurijuba, uma espécie altamente apreciada no mercado. A partir desse arranjo local, estabeleceu-se a possibilidade do cuidado e da fiscalização de um território que é muito amplo e que o ator social responsável pela fiscalização, ICMBIO e o IBAMA, não estão capacitados a fazê-lo.

4. Território e governança

Este trabalho pensa território como um fator de identificação no mesmo sentido que Almeida (2008), que lhe concede uma noção prática, algo como uma territorialidade específica, utilizada

Para nomear as delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados. As “territorialidades específicas” de que tratei adiante podem ser consideradas, portanto, como resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território

Dessa forma, empresta-se de Almeida (2008) sua noção de terras tradicionalmente ocupadas, passando esta noção para o ofício do pescador que tem não terras tradicionalmente ocupadas, mas espaços de pesca e seus respectivos recursos pesqueiros tradicionalmente ocupados e usados. Assim, Almeida (2008) conclui:

Em termos gerais... parece que o grau de solidariedade e coesão apresentado pelos camponeses nestas terras de uso comum tem sido forte o bastante para garantir a manutenção de seus domínios. Os vínculos sólidos que mantem e a estabilidade territorial alcançada constituem a expressão de toda uma rede de relações sociais construída numa situação de confronto e que parece ser reativada a cada novo conflito exercendo uma influência destacada na resistência àquelas múltiplas pressões. Esta disposição seria uma das razões pelas quais, com o acirramento dos confrontos, tais domínios podem ser classificados hoje como uma dentre as zonas mais críticas de conflito e tensão social na estrutura agrária brasileira (p. 168)

Assim, pensar território significa pensar seres humanos e suas relações sociais, suas relações de poder e de afinidade. Considerando tal afirmação e articulando a mesma à ideia de conflito, é importante discutir categorias atuais para processos de conflito, no caso deste texto, se discute a definição e compreensão de governança.

Nas últimas décadas, o conceito de governança vem aparecendo como ponto central de discussão no cenário acadêmico. Ele resulta de um processo de alteração entre um vocabulário que trocou palavras como “Estado, Governo, Poder, Autoridade, Fidelidade, Soberania,” por palavras mais comuns nos meios atuais como “Capacidade Institucional, Redes, Complexidade, *Trust*, Deliberação e Interdependência” (GOMIDES & SILVA, 2009, p. 178). Ademais do câmbio de vocabulário e conceitos, é importante identificar governança como a aptidão das sociedades humanas em se dotarem de sistemas de representação, de instituições e processos, de corpos sociais, para elas mesmas se gerirem, em um movimento voluntário (GOMIDES & SILVA, 2009 p. 178).

Nesse sentido, algumas definições merecem destaque, como a definição feita pelo Banco Mundial, de 1992, onde governança é “o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo” (IN GOMIDES & SILVA, p. 179). Precisando melhor, “é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento”, implicando ainda “a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções” (GOMIDES & SILVA, 2009, p. 179). No caso deste trabalho, essa definição se mostra importante, pois evoca a noção de governança como resultado da relação entre Estado e sociedade civil (JACOBI, 2005 apud GOMIDES & SILVA, 2009 p. 187), especialmente considerando as diferenças entre atores sociais que necessitam dialogar na construção de cenários mais exitosos. De acordo com Jacobi (apud GOMIDES & SILVA, 2009 p. 187) a questão ambiental dispõe de três ferramentas importantes para proporcionar panoramas de governança: conselhos de meio ambiente, relatórios de impacto ambiental e audiências públicas. Certamente, a essas ferramentas, um elemento da gestão pública pode ser somado como fomentador de processos de governança: o zoneamento ecológico econômico. Ainda que apenas a gestão pública seja responsável por sua produção, ele pode ser um instrumento a ser acessado nos processos de diálogo fomentados pelos mecanismos mencionados acima.

A definição dessa ferramenta de gestão e, como aqui mencionado, governança, merece destaque. Assim, em meio à grande necessidade de preservação ambiental, as unidades de conservação aparecem como uma estratégia para alcançar tal objetivo, mas é o Zoneamento Ecológico Econômico a ferramenta que permite a visualização mais completa de cenários ambientais, “pois o zoneamento consiste em dividir o território em parcelas nas quais se autorizam determinadas atividades ou interditam-se, de modo absoluto ou relativo, o exercício de outras atividades.” (MACHADO, 1999 apud BENATTI, , p. 129).

Esse tipo de área de proteção ambiental (ZEE) tem como objetivo proporcionar um desenvolvimento sustentável mais concreto e dinâmico. Logo, por meio desses ZZE evidencia-se a possibilidade de prever e precaver problemas ambientais; regular as interações, os sistemas socioculturais e o meio ambiente físico, e por fim resguardar a renovação e/ou a preservação dos recursos. Essa ferramenta permite, ainda, disponibilizar uma interação entre a sociedade e o poder público, visando à elaboração de políticas públicas que têm o propósito de favorecer o meio ambiente e a população local.

É importante mencionar que o ordenamento territorial é entendido como uma alternativa para que haja um equilíbrio entre o meio ambiente e a população. O ordenamento social deve ser pensado a partir de todas as esferas sociais envolvidas em uma sociedade, assim, descentralizando o poder dos tomadores de decisão, que no caso da sociedade brasileira é exclusivo dos representantes sociais, permitindo, então, um envolvimento da sociedade local para formação de opinião e decisões. Conclui-se, portanto, que o ordenamento territorial promove uma descentralização na qual permite a articulação de interesses estabelecidos pela nação, com interesses e necessidades de uma realidade local.

A descentralização abre espaço para que as outras esferas do governo, como as estaduais e municipais, tenham mais autonomia e liberdade para as tomadas de decisões e não somente realizar a transferência de valores, oportunizando, assim, que os cidadãos possam, com mais frequência, participar das elaborações de políticas públicas e das tomadas de decisões, defendendo seus direitos e tomando conhecimento do conteúdo desses documentos, que expressam seus direitos.

4.1 Recursos naturais como bens comuns.

O cenário de crise por recursos naturais da atualidade expressa um processo originado ainda nos anos de 1960. Uma obra clássica e que mostrou-se como uma ferramenta explicativa importante para essa questão se expressa na conhecida “Tragédia dos comuns” de Garret Hardin (1968). A tese de Hardin evidencia que a grande exploração dos recursos naturais agravar-se-ia em uma tragédia dos comuns. Para melhor ilustrar seu argumento, apresenta-se aqui uma breve citação em que Fenny (1990) explica e elucida o conceito de tragédia dos comuns a partir da concepção de Hardin, expressa em uma fábula, como se segue.

Hardin Solicitou aos leitores que imaginassem o que ‘ocorreria aos recursos comuns de uma determinada comunidade, caso cada um de seus membros adicionasse alguns de seus animais aos seus respectivos rebanhos’. Sua metáfora destacou a divergência entre racionalização individual e coletiva. Se cada pecuarista considerasse mais lucrativo criar mais animais do que uma pastagem possa suportar, uma vez que cada criador obteria todo o lucro proveniente dos animais extras, e somente uma fração do custo decorrente da sobre-exploração das pastagens, o resultado seria uma trágica perda de recurso para a totalidade da comunidade de pecuaristas. Assim, Hardin conclui que ‘a liberdade em relação a recursos comuns gera a ruína de todos’ (HARDIN, 1968, apud FENNY, 1990, p. 18).

A teoria de Hardin apresenta como solução a conversão da propriedade comum em propriedade privada, ou que normas governamentais a usos e usuários sejam instituídas, ou seja, excluindo usuários em potencial e regularizando o uso e usuários, protege-se as terras de perdas de recursos excessivos. Dessa forma, Hardin desconsiderava a possibilidade da gestão dos bens comuns feita pelos próprios usuários. A obra “A Tragédia dos Comuns: vinte dois anos depois”, escrita por Feeny et al (1990), apresenta um contra argumento para a obra de Hardin, pois busca demonstrar o relativo sucesso que grupos sociais diferenciados obtiveram na gestão dos bens de uso comum aos quais tinham acesso. Dessa forma, apresenta outras possibilidades para evitar a tragédia dos comuns ademais das duas possibilidades acima citadas: a propriedade privada ou a regulação estatal. Portanto, o caso do cenário descrito sobre a pesca no Parque Nacional do Cabo Orange, trata-se de uma interlocução entre uma propriedade administrada pelo estado, logo uma instituição estatal, articulada com uma propriedade comunal, ou seja, de uso de bem comum.

Hardin estava parcialmente correto. Isso por que dificilmente se conseguirá um modelo geral, que se aplique a todas as situações como proposto pela fábula. Com isso, é possível reformular a fábula alterando seu final através da ação coletiva dos pastores, como aponta Fenny

Assim, uma conclusão principal deste trabalho é a rejeição de relações uma-a-uma entre regimes de direito de propriedade e o resultado postulado por Hardin. O argumento do autor negligencia o importante papel de arranjos institucionais que geram exclusão e regulação de uso. Ele também diminui fatores culturais (Feeny, 1988b; Charles, 1988). A fim de entender os resultados, é necessário entender-se a natureza dos recursos, a vasta gama de arranjos de tomadas de decisão, incluindo os regimes de direito de propriedade e a natureza das interações entre usuários e reguladores (Oakerson, 1986; Godwin & Shepard, 1979: 266; McEvoy, 1988:229). Interações complexas são importantes características de cenários de propriedade comum, e modelos relacionados a essas propriedades precisam levá-las em consideração ... O sucesso pode ser identificado em três, e não somente dois regimes de direitos de propriedade. (p. 32).

Assim, pensar recursos comuns, significa pensar em diferentes arranjos com diferentes atores sociais. Analisando o caso do Parque Nacional do Cabo Orange, conclui-se que há necessidade de uma gestão compartilhada (Estado + propriedade comunal), sempre atrelada ao conhecimento local (etnoconhecimento), visto que o “... co-manejo pode capitalizar o conhecimento local e o interesse duradouro dos usuários, ao mesmo tempo permitindo a coordenação com usos relevantes e com usuários em um amplo escopo geográfico a custos transacionais (imposição de regras) potencialmente mais baixos (MCCAY, 1988; ACHESON, 1989a; PINKERTON, 1989 apud FENNY, 1990, p. 33)”. Em resumo, o Estado legitima a propriedade comunal, desde que essa tenha práticas ecologicamente sustentáveis.

5. Considerações Finais

O acordo de pesca identificado na costa amapaense mostra-se como um exemplo de cenários onde arranjos locais com decisões tomadas por atores locais e da sociedade civil (pescadores artesanais e colônia de pescadores) e regionais e da gestão pública (ICMBIO e IBAMA) efetivam processos de controle de recursos naturais. É possível identificar que as políticas públicas pensadas para esta localidade são elaboradas sem o conhecimento do ecossistema local (extensão da área de fiscalização e diversidade de

ecossistemas). Dessa forma, o caso apresentado neste texto, mostra que uma melhor forma para pensar-se em gestão e preservação da Amazônia, como um todo, é envolver a população tradicional e fazer com que seus saberes tradicionais tenham disponibilidade para articulação com os tomadores de decisões, pesquisadores, órgãos de gestão, fomento, fiscalização. Nesse cenário de articulação de atores locais e regionais o controle mais eficiente e efetivo dos recursos naturais pode ser alcançado, sem deixá-los na fragilidade enquanto recursos de livre acesso.

Esse arranjo, portanto, envolve comunidade e o setor público, portanto, o cenário local de acesso aos recursos naturais, antes de livre acesso, acaba sofrendo uma pressão de demanda, ficando assim cada vez mais intenso para atender um mercado internacional. A realidade local é uma realidade de território, com atores sociais que percebem esse território de uma forma específica e que na situação de pressão da sociedade maior e de um mercado maior que pressiona por esse recurso, é necessário haver um reordenamento para que se possam pensar soluções enquanto território, enquanto atores sociais que estão presentes nele.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras Tradicionalmente Ocupadas:** terras de quilombo, terras indígenas, babaquais livres, castanhais do povo, faxinais e fundos de pasto. 2 ed. Manaus: Editora Universidade do Amazonas, 2008.

BECKER, Bertha, K. **Amazônia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

BENATTI, José Heder; MCGRATH, David G.; OLIVEIRA, Ana Cristina Mendes de. Políticas públicas e manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia. **Ambient. soc.**, Campinas, v. 6, n. 2, Dec. 2003.

BENATTI, José Heder. Ordenamento Territorial e proteção ambiental, aspectos legais constitucionais do zoneamento ecológico econômico. Série **Grande Eventos**, s/d.

FENNY, David et al. A tragédia dos comuns 22 anos depois. In DIEGUES, A. C. S.; MOREIRA, A.C. (org). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

LIMA, D.; POZZOBON, J. Amazônia Socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade cultural. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p.45-76, ago. 2005.

RAVENA-CAÑETE, V. et al. Rios transfronteiriços na Amazônia: recursos naturais e conflito socioambiental no rio Purus. In. **Ciência & Ambiente**: Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, v.1,n.1, 2010.

SZLAFSTEIN, C. Indefinições e obstáculos no Gerenciamento da Zona Costeira do Estado do Pará, **Gestão Costeira Integrada**, 9(2):47-58 (2009).